

**RCD no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.760.149 - AP  
(2020/0239964-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE : ATENILDO F. DA SILVA - MICROEMPRESA**  
**REQUERENTE : ATENILDO FERREIRA DA SILVA**  
**ADVOGADO : CARLOS ALBERTO ALVES GOMES E OUTRO(S) -**  
**AP001573**  
**REQUERIDO : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADOS : HAGEU LOURENÇO RODRIGUES - AP000860**  
**HERINCK SANTOS DE SOUZA - AP002840**  
**OLINTO JOSÉ DE OLIVEIRA AMORIM - AP000876**  
**CARLOS JOSE CORREA DE LIMA - PA023234**  
**RENATA MIRA DA CRUZ - AP004307**  
**MAYRA DANIELLE SILVA CAMARAO - PA023081**

### **DECISÃO**

Cuida-se de pedido de reconsideração, apresentado por ATENILDO F. DA SILVA, ATENILDO FERREIRA DA SILVA, em face da decisão de fls. 667/669, que não conheceu do agravo em recurso especial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O presente pedido não comporta deferimento.

Nos termos do art. 223 do CPC/2015, esgotado o prazo estipulado para a prática do ato processual, tem-se a preclusão temporal, a qual, todavia, poderá ser afastada, desde que a parte prove que não o realizou por justa causa.

No caso em tela, o advogado da parte recorrente, em razão da crise energética pela qual passou o Estado do Amapá, pleiteia a devolução do prazo para interposição de recurso.

Contudo, consta dos autos que o prazo para recurso contra a decisão de não conhecimento do agravo em recurso especial terminou após a finalização formal da crise enfrentada. Assim, tendo em vista que o prazo recursal aberto não coincide exatamente com o "apagão", não se caracteriza a justa causa apta a embasar a restituição de prazo pleiteada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de reconsideração.

Certificado o trânsito em julgado às fls. 672, baixem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente